

AHSA divulga estudo prévio de viabilidade de dessalinizadora na região do Perímetro de Rega do Mira

4 de Junho, 2024

A Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur (AHSA) anuncia as conclusões de um estudo prévio de viabilidade para a implementação de uma estação dessalinizadora na região do Perímetro de Rega do Mira. O projeto, que considera três potenciais localizações, entre Odemira e Sines, visa colmatar a grave escassez de água enfrentada, garantindo a sustentabilidade da agricultura local e o desenvolvimento económico da região.

Neste âmbito, a análise aponta para a deterioração e limitação do abastecimento da única fonte hídrica da região, a barragem de Santa Clara. Atualmente, a infraestrutura dispõe somente de quatro a cinco anos de garantia máxima de fornecimento de água, tendo por base um consumo agrícola anual de 12 milhões de metros cúbicos e uma precipitação anual de 350mm.

Perante o agravamento da situação e das previsões meteorológicas desfavoráveis, o estudo da AHSA sugere uma dessalinizadora terrestre e um reservatório conectado à rede da Associação de Beneficiários do Mira. A não execução do projeto prevê a falência económica, social e ambiental da região, afetando especialmente a agricultura.

Na análise da estação dessalinizadora, foi considerada a tecnologia de dessalinização por osmose inversa, dado ser a opção atualmente existente com o custo mais reduzido. Refira-se que, para uma unidade de 25 milhões de metros cúbicos anuais, a potência necessária estará na ordem dos 10MW e a área ocupada pela estação de três a quatro hectares.

O primeiro cenário contempla a hipótese de construção de uma estação dessalinizadora junto à costa do concelho de Odemira e, como tal, no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, ainda que fora da área do Programa da Orla Costeira. Isso permitiria o aproveitamento dos recursos naturais da região, assumindo, no entanto, cuidados ambientais rigorosos, a par de licenciamentos robustos.

Em alternativa, o estudo avaliou a possibilidade de recorrer à estação de dessalinização prevista para Sines. A essa estação seria acoplado um adutor de água dessalinizada, que, por mar ou por terra, estaria ligado a Odemira, transportando a água para o reservatório de regularização – que, em qualquer dos casos, terá de ser construído.

Contudo, questões legais e custos significativos conduziram o exercício a um terceiro cenário, nomeadamente, o “regresso” da dessalinizadora a Odemira, à margem do Parque Natural, recuando-a cerca de três quilómetros de distância da costa, com uma estação terrestre integrada.

Para regularizar a produção anual de 25 milhões de metros cúbicos da dessalinizadora, é igualmente necessário um reservatório com cerca de seis milhões de metros cúbicos (três meses de autonomia). Nesse sentido, duas localizações foram identificadas, uma ao norte e outra ao sul, com a última tendo capacidade para armazenar até um ano de produção. Os critérios de escolha de local incluem a minimização de escavações, a redução do impacto social e o risco de contaminação.

Dessalinizadora é viável, mas requer recolha de informação adicional

A análise prévia da AHSA concluiu que o custo estimado da água dessalinizada com base num custo de eletricidade de 8 cts por KWH e uma taxa de juro de 5% rondaria 1€ /m³ por metro cúbico, sendo sensivelmente metade desse valor resultante de custos operacionais. Neste ponto, refira-se que o preço atual da energia elétrica e a taxa de juro à data de hoje são já substancialmente inferiores a estes valores impactando positivamente o custo total. Acresce que em nenhum caso os agricultores dependerão a 100% desta água pelo que o custo médio ponderado poderá ser de metade do valor indicado.

Os três cenários da dessalinizadora avaliados poderão ser tecnicamente viáveis, contudo dependem da recolha de informação adicional, tal como a definição do envolvimento do setor privado e do Estado, fontes de financiamento como o PRR e o compromisso dos agricultores, entre outros.

Luís Mesquita Dias, presidente da AHSA, afirma que “a escassez de água na barragem de Santa Clara representa uma ameaça séria para a região. Os agricultores têm feito um elevado esforço de racionalização do uso da água, passando de 40 milhões de metros cúbicos de consumo anual, em 2019, para 12 milhões de metros cúbicos em 2023”. E acrescenta: “A não execução da dessalinizadora resultará na falência económica, social e ambiental na região do Perímetro de Rega do Mira. Estarão em causa cerca de 10.000 empregos diretos e 300 milhões de euros em exportações de produtos agrícolas”.

O estudo da AHSA já foi apresentado à respetiva Comissão de Acompanhamento e será apresentado ao Governo, à Casa Civil da Presidência da República e aos vários organismos relevantes.